



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**E D I T A L**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020	Data de Abertura: 17/06/2020 às 09:00 no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br
-------------------------------------	---

Objeto			
Contratação de empresa para fornecimento e instalação de 01 (uma) plataforma elevatória vertical no Edifício Sede do Coren-SP, com prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no período de garantia e serviços comuns de engenharia complementares para a instalação			
Tipo da licitação		Modo de disputa	
Menor preço		Aberto	
Valores máximos aceitáveis			
R\$ 64.220,00 - Conforme tabela contida na cláusula 1.1 do Anexo I – Termo de Referência			
Registro de Preços	Vistoria	Amostra	Instrumento Contratual
NÃO	FACULTATIVA conforme cláusula 6 do Termo de Referência	NÃO	Contrato de Fornecimento e Prestação de Serviço

Exigências específicas para habilitação (Veja Cláusula 8.13 do Edital)
- Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação (engenharia mecânica); - Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART; - O responsável técnico deverá pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta <u>ou</u> apresentar declaração de que terá esses profissionais quando da contratação, conforme Anexo VII; - Comprovante de registro junto ao órgão responsável pela concessão de registro e fiscalização das empresas conservadoras de elevadores e outros aparelhos e transportes na Prefeitura do Município de São Paulo - SEGUR-4 (conforme decreto nº 52340 de 25/05/2011).

Licitação Exclusiva ME/EPP	Reserva de Cota ME/EPP	Decreto 7.174/2010
SIM	NÃO	NÃO

Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações
Até 10/06/2020

Endereço da Sede do Coren-SP	e-mail para comunicação	Telefone
Alameda Ribeirão Preto nº 82 – Bela Vista – São Paulo/SP – CEP 01331-000 – 3º andar	pregao@coren-sp.gov.br	(11) 3225-6333



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020

Processo Administrativo nº 1508/2019

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo usando a competência delegada na Lei Federal nº 5.905, de 12 de julho de 1973, doravante denominado Coren-SP, por intermédio do seu Presidente em Exercício ao final subscrito, e de sua Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 56, publicada no DOU em 15/04/2020, seção 2, p. 42, levam a conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei nº 10.520/2002**, do **Decreto nº 10.024/2019**, da **Lei Complementar nº 123/2006**, do **Decreto 8.538/2015** e, subsidiariamente, da **Lei nº 8.666/1993** e de outras normas aplicáveis do objeto deste Certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA DA REALIZAÇÃO: 17 DE JUNHO DE 2020

HORÁRIO: 9h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 389343

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para fornecimento e instalação de 01 (uma) plataforma elevatória vertical no Edifício Sede do Coren-SP, com prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no período de garantia e serviços comuns de engenharia complementares para a instalação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1.1. Havendo divergência entre os objetos aqui relacionados e o lançado junto ao sítio eletrônico Compras Governamentais, prevalecerá o descritivo do Edital.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MO nº 3/2018.

3.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.3. A participação no presente Certame destina-se exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme inc. I do art. 48 da LC 123/2006.

3.4. Será vedada a participação dos interessados:

3.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.4.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.4.6. Entidades empresariais reunidas em consórcio;

3.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.4.8. Instituições sem fins lucrativos (art. 12, § único da IN SEGES/MP nº 05/2017);

3.4.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços ora licitados se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017 – TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e respectivos atos constitutivos.

3.5. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

3.5.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.6. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito da entidade Contratante.

3.6.1. Para o disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

3.7. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

3.8. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e assistência à fiscalização.

3.9. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.2. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.9.3. Nos itens de participação não exclusiva, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

3.9.4. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.9.5. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.9.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.8. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

3.9.9. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.9.10. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.3.1. O não envio de quaisquer dos documentos de habilitação não constantes no SICAF, na forma disposta no art. 26 do Decreto 10.024/2019, implicará em recusa da proposta após a etapa dos lances.

4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se as informações necessárias à sua perfeita identificação.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.3.1. O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital no sítio eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou contenham vícios insanáveis.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema;

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances; e disponibilizará campo próprio para mensagens do Pregoeiro aos licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,10 (um décimo por cento).

6.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. Constatada eventual incorreção na digitação de um lance, terá o Pregoeiro a prerrogativa de excluí-lo, sendo concedida ao Licitante nova oportunidade de apresentação de lances com valores corrigidos ou até mesmo repetindo aquele valor tido inicialmente como incorreto, ratificando-o.

6.16.1. Após início do período de encerramento aleatório o pregoeiro não excluirá qualquer lance.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

6.21.1.1. Prestados por empresas brasileiras;

6.21.1.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.1.3. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de lances e após verificação de possível empate e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com valor superior ao preço máximo fixado e/ou que contenha vício insanável ou ilegalidade.

7.3. Havendo indícios de inexecuibilidade, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.3.1. Não se admitirá proposta com valor insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3.2. Considera-se inexecuível, conforme inciso II do art. 48 da Lei nº 8.666/1993, a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

7.3.3. A realização de diligências será obrigatória quando o preço final for inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação.

7.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1. O prazo poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante e formalmente aceita pelo Pregoeiro, formulada antes de findo o prazo.

7.5. Será desclassificada, ainda, a proposta que não for corrigida ou que não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

7.6. Erros no preenchimento da proposta e/ou da planilha não constituem motivo para a sua desclassificação, devendo o licitante adequá-la após solicitação, pelo Pregoeiro.

7.7. O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Coren-SP ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, bem como recorrer à jurisprudência ou doutrina para orientar sua decisão.

7.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará a existência de fatores que impeçam a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta ao SICAF; ao cadastro de empresas sancionadas no site do Coren-SP; e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, através do endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, com as seguintes abrangências:

8.1.1. Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

8.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA) do CNJ;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); e

8.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica.

8.2.1. Sendo constatada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência sanção impeditiva ao prosseguimento, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada:

8.4.1. Por meio de consulta ao cadastro ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos da Instrução Normativa MPDG nº 03/2018, onde serão averiguadas a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista; da qualificação econômico-financeira; da capacidade técnica e da habilitação jurídica.

8.4.1.1. O interessado deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para abertura das propostas.

8.4.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.4.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.7. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas em virtude de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme art. 151 do Código Tributário Nacional.

8.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; caso seja filial, os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos relativos ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.9. Ressalvado o disposto no item 4.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

8.10. Habilitação jurídica:

8.10.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.10.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.10.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.10.4. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.10.5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764/1971.

8.10.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.11. Regularidades fiscal e trabalhista:

8.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.11.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.11.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.11.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.11.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.11.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.11.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.11.8. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

8.12. Qualificação Econômico-Financeira:

8.12.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em no máximo 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da sessão do Pregão, quando dela não constar validade.

8.12.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.12.2.1. Para empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.12.2.2. Admite-se o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato / estatuto social;

8.12.2.3. Em caso de cooperativa, deverá apresentar também a última auditoria contábil-financeira conforme art. 112 da Lei 5.764/1991, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.12.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);

8.12.3.1. As empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1(um) em qualquer dos índices acima deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

8.13. Qualificação Técnica:

8.13.1. Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação (engenharia mecânica), com validade na data de apresentação dos documentos de habilitação;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.13.2. Comprovante de registro junto ao órgão responsável pela concessão de registro e fiscalização das empresas conservadoras de elevadores e outros aparelhos e transportes na Prefeitura do Município de São Paulo - SEGUR-4 (conforme decreto nº 52340 de 25/05/2011);

8.13.3. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da Licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, impresso em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas, que contenha(m) a razão social, CNPJ, endereço completo da Contratante e da Contratada, características dos serviços prestados, local da prestação do serviço, período de contratação, data de emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado e que comprove(m) que a Licitante executou ou está executando de forma satisfatória serviço compatível com o objeto deste pregão, visado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou transcrito do acervo comprovando que já forneceu e instalou sistemas de elevação e transporte vertical;

8.13.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

8.13.4.1. Serviços de instalação e manutenção de sistemas de elevação e transporte vertical.

8.13.5. O responsável técnico deverá pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou apresentação de declaração de compromisso de vinculação contratual futura, conforme Anexo VIII, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

8.14. Documentação complementar:

8.14.1. Atestado de vistoria conforme Anexo V deste Edital, assinado pelo representante do Coren-SP responsável pelo acompanhamento da visita técnica realizada pela Licitante;

8.14.2. O Atestado de Vistoria poderá ser substituído pela Declaração de conhecimento das condições para execução do objeto, conforme Anexo VI do Edital.

8.14.3. Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, conforme Anexo VII deste Edital, no caso de não possuir responsável técnico na entrega da proposta.

8.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da ME ou EPP, se for o caso, o Pregoeiro abrirá prazo mínimo de 30 (trinta) minutos durante o qual qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso em campo próprio no sistema, de forma motivada, ou seja, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

9.1.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2. O Pregoeiro, neste momento, não adentrará no mérito recursal; apenas fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou rejeitando-a motivadamente, em campo próprio do sistema.

9.3. Sendo admitido o recurso, o recorrente terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4. O prazo para resposta será de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do final do prazo para contrarrazões.

9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail.

10.2.2. A convocação feita por e-mail será de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus cadastros atualizados.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela Autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.1.1. A adjudicação será realizada por item.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o certame.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Homologado o certame, em sendo realizada a contratação, será firmado o Termo de Contrato.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Coren-SP para assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou para aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, no mesmo prazo acima, contado da data de seu recebimento.

12.2.2. Os prazos acima poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.2.3. O Termo de Contrato deverá ser assinado em 2 (duas) vias, sendo uma delas com reconhecimento em cartório da firma do responsável pela assinatura; e entregues na Sede do Coren-SP ou enviadas por meios que se possa confirmar o recebimento, A/C Setor de Cotação e Contratação – SCC. Para assinatura na presença de funcionário habilitado do Coren-SP, não há necessidade do reconhecimento da firma.

12.3. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do Coren-SP, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da IN nº 3/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

12.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o adjudicatário deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.4. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Será exigida prestação da garantia conforme regras constantes no Termo de Referência.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e do art. 49 do Decreto 10.024/2019, o licitante ou adjudicatário que:

14.1.1. Não assinar o Termo de Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

14.1.2. Deixar de entregar documentação exigida neste Edital;



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 14.1.3.** Apresentar documentação falsa;
- 14.1.4.** Não manter a proposta;
- 14.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.6.** Cometer fraude fiscal.
- 14.2.** Consideram-se inidôneos, mas não somente estes, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 14.3.** Havendo cometimento das infrações descritas nos subitens anteriores, o licitante ou adjudicatário ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 14.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 14.3.2.** Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do licitante, a qual poderá ser cumulada com as demais sanções aqui descritas;
- 14.3.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Coren-SP, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 14.3.4.** Impedimento de licitar e de contratar com a União, e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- 14.3.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, de quaisquer dos entes federados, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando houver ressarcimento pelos prejuízos causados e passados 2 (dois) anos.
- 14.4.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013, a autoridade competente deverá ser notificada, mediante despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 14.4.1.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos de apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração, os quais seguirão seu curso regular.
- 14.5.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Coren-SP poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, de acordo com o art. 419 do Código Civil.
- 14.6.** Para aplicação de quaisquer penalidades será aberto processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou adjudicatário, conforme procedimento previsto na Lei 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/1999.
- 14.7.** Para aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.8.** Eventuais faltas cometidas no âmbito da execução contratual, e as respectivas sanções, estão descritas no Termo de Referência e no Termo Contrato ou Instrumento equivalente.
- 15. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DA AUTORIDADE COMPETENTE DO COREN-SP**
- 15.1.** Cabem ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 17 do Decreto nº 10.024/2019, inclusive adjudicar o



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

objeto deste Pregão, exceto quando houver recurso.

15.2. À Autoridade Competente do Coren-SP cabe:

15.2.1. Adjudicar o objeto deste Pregão à Licitante vencedora se houver a interposição de recurso;

15.2.2. Homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;

15.2.3. Anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

15.2.4. Revogar este Pregão se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

15.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

16. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

16.1. Os pedidos de esclarecimentos sobre este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por e-mail.

16.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

16.3. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital. Qualquer impugnação deverá ser enviada até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, considerando o horário de expediente do Coren-SP das 8h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira em dias úteis, sendo admitida petição recebida por e-mail.

16.4. Todos os pedidos de esclarecimentos assim como as impugnações enviadas por e-mail deverão conter no campo "assunto" e no descritivo a identificação do referido certame (ex: "Pedido de esclarecimentos sobre o Pregão Eletrônico nº XX/201X").

16.5. Caberá ao Pregoeiro, conforme o caso, requerer auxílio da área demandante do objeto, do setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, da assessoria jurídica ou junto a outras áreas, podendo ainda promover quaisquer diligências que julgar necessárias e, então, manifestar-se sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

16.6. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização da sessão pública, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhadas nos autos do processo, bem como disponibilizadas nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br e www.coren-sp.gov.br para conhecimento das Licitantes e da sociedade em geral, cabendo às interessadas em participar do certame acessá-los para obtenção das informações prestadas.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

17.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer atos praticados naquele ambiente.

17.3. O licitante assumirá, ainda, todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas, não cabendo tal ônus ao Coren-SP, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º (primeiro) dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no Coren-SP.

17.7. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial da União – DOU e no endereço eletrônico www.coren-sp.gov.br.

17.8. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente por disposição legal o foro da Seção Judiciária de São Paulo.

17.9. Integram o presente Edital:

17.9.1. Anexo I – Termo de Referência;

17.9.2. Anexo II – Especificações Técnicas;

17.9.3. Anexo III – Plantas Arquitetônicas;

17.9.4. Anexo IV – Modelo de Proposta;

17.9.5. Anexo V – Atestado de Vistoria;

17.9.6. Anexo VI – Declaração de Conhecimento das Condições para Execução do Objeto;

17.9.7. Anexo VII – Declaração de Compromisso de Vinculação Contratual Futura;

17.9.8. Anexo VIII – Minuta do Contrato de Fornecimento e Prestação de Serviço.

São Paulo, 01 de junho de 2020.

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren-SP

Cláudio Luiz da Silveira – Presidente em Exercício

Elaborado pela Comissão Especial de Licitação



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico nº 06/2020 - Processo Administrativo nº 1508/2019

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento e instalação de 01 (uma) plataforma elevatória vertical no Edifício Sede do Coren-SP, com prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no período de garantia e serviços comuns de engenharia complementares para a instalação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus Anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (TOTAL)
1	Aquisição, com serviços de instalação de plataforma elevatória vertical, a ser instalada entre os andares 8º a 9º do Edifício Sede do Coren-SP, incluindo garantia do equipamento durante o período de 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo do objeto. ¹	R\$64.220,00
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 64.220,00 (Sessenta e quatro mil, duzentos e vinte reais)		

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum de engenharia**.

1.3. O quantitativo, especificações técnicas e demais informações encontram-se definidos nos Anexos II – Especificações Técnicas e III – Plantas Arquitetônicas.

1.4. O regime de execução do Contrato será o de **empreitada por preço global**.

1.5. O contrato tem a vigência contratual determinada, prorrogável, apenas, nas hipóteses previstas no §1º do art. 57 da Lei de Licitações.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se de processo de contratação aberto com vistas a adequar o edifício Sede do Coren-SP às normas de acessibilidade a edificações, nos termos da ABNT NBR 9050:2015, após notificação recebida pelo Ministério Público Federal, que estabeleceu prazo para realização dessas intervenções.

2.2. A aquisição e instalação de plataforma de acessibilidade entre o 8º e 9º pisos do Edifício Sede, objeto desta contratação e devidamente especificadas nos Anexos que acompanham este Termo de Referência somam-se ao contrato originado do PE nº 28/2019 (PA 1171/2018), cujo objeto é a realização das demais reformas/adequações prediais necessárias no edifício, de modo que seja possível a obtenção, pelo Coren-SP, do Certificado de Acessibilidade emitido pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Cabe destacar, logo, a complementaridade dos dois projetos, de modo que, dentro do escopo da contratação conduzida no PA nº 1171/2018, está providenciar as condições para a instalação da plataforma elevatória.

2.3. O projeto básico, plantas e especificações técnicas para o objeto em questão são originárias de uma contratação anterior, realizada por meio do Pregão Eletrônico nº 22/2015 (Contrato nº 36/2015) e foi realizado pela Integra Desenvolvimento Urbano Ltda.

2.4. A formatação final do objeto em questão, tal qual descrito neste Termo e Anexos, após aprovação para continuidade, foi desenvolvido pela Assessoria de Projetos de Engenharia do Coren-SP, setor este que também tomará parte como responsável pelo acompanhamento da execução do objeto. À engenharia do Coren-SP caberá, também, intermediar os serviços necessários para instalação da plataforma de acessibilidade, de responsabilidade

¹ Identificação Catser mais aproximada às especificações: 3557.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

da Contratada responsável pelas demais intervenções relativas ao processo das adequações prediais.

2.5. Finalmente, em relação a eventual parcelamento do objeto, isto é, contratação de serviços de fornecimento de plataforma elevatória vertical e instalação do equipamento separadamente, com o objetivo de evitar riscos ao conjunto, na hipótese de contratação de duas empresas, especialmente em relação às atribuições de responsabilidades durante o processo de execução dos serviços, optou-se pela contratação do objeto em item único. Ainda, de modo a atender a Lei Municipal nº 10.348/1987, que obriga, para uso, o registro e licenciamento de equipamentos de transporte, ficará obrigada a Contratada a fazê-lo, após o recebimento definitivo do objeto e manter-se como conservadora da plataforma junto à Prefeitura Municipal de São Paulo durante o período de garantia do equipamento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. O objeto desta contratação é parte de um projeto executivo de reforma que objetiva o completo atendimento às normas de acessibilidade previstas na ABNT NBR 9050:2015, no edifício Sede do Coren-SP, com vistas à obtenção de Certificado de Acessibilidade emitido pela Prefeitura Municipal de São Paulo, sendo o principal dos serviços a serem executados a instalação de uma plataforma elevatória vertical entre os andares 8º (interior) e 9º (exterior) do prédio. O referido sistema de transporte será adquirido, com serviço de instalação e garantia, em procedimento licitatório que transcorrerá paralelamente a este (PA 1508/2019).

3.2. Especificamente quanto à plataforma elevatória, o presente objeto abrangerá:

- a)** Fornecimento de plataforma elevatória de acordo com as Especificações Técnicas do Anexo II e demais Anexos deste Termo;
- b)** Serviço de instalação de plataforma, com emprego de recursos técnicos e criação de infraestrutura (mecânica civil e elétrica) que viabilizem sua perfeita instalação e operacionalização;
- c)** A comunicação e o apoio técnico mútuos com que a Contratada e a empresa responsável pela adequação estrutural para a instalação do equipamento deverão poder contar entre si para viabilizar a operação do sistema de transporte vertical.
- d)** Garantia do equipamento instalado pelo período de 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo do objeto, incluindo serviços de manutenção preventiva e corretiva durante o período da garantia.

3.3. As delimitações do escopo privativo e da atuação conjunta entre estas duas empresas mencionadas, bem como a correspondência de seus calendários de execução, estarão contidas de forma adaptada nos respectivos editais de licitação, que serão disponibilizados no Portal de Compras Governamentais (UASG 389343) e no endereço eletrônico www.coren-sp.gov.br/licitacoes.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Trata-se de **serviço comum de engenharia**, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Técnicos (necessários para o atendimento da necessidade): Definidos no Anexo II – Especificações Técnicas e III – Plantas Arquitetônicas.

5.2. De Sustentabilidade: Definidos no tópico 'Obrigações da Contratada' abaixo.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.3. Documentais:

- 5.3.1. Os documentos necessários ao acompanhamento da presente execução contratual, a serem apresentados pela Contratada, quando não juntamente a ela elaborados, deverão ser entregues nos seguintes prazos:

Durante a sessão de licitação, acompanhando a proposta comercial:

5.3.1.1. A fim de melhor identificar o objeto ofertado, especialmente, para apoiar a equipe de apoio da licitação, a licitante deverá apresentar prospecto/ficha técnica da plataforma elevatória ofertada, detalhando as especificações técnicas do equipamento e prazos/condições de garantia do fabricante.

Até 10 (dez) dias corridos a contar do início da vigência:

5.3.1.2. Visto ao registro de pessoa jurídica no CREA-SP, específico para execução de obras e serviços de engenharia, no caso da Contratada possuir domicílio fora do Estado de São Paulo, conforme Resolução Confea nº 413/1997, art. 1º I;

5.3.1.3. ART emitida pelo CREA-SP específica para esta execução contratual (com validade comprovável/verificável no próprio documento ou com o respectivo comprovante de quitação).

5.3.1.4. Apólice de seguro de riscos de engenharia para obras civis em construção, com cobertura civil geral.

Até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do Contrato:

5.3.1.5. Apresentação da garantia contratual, na forma e condições discriminadas no tópico 18 deste Termo.

Até 01 (um) dia útil antes do início da prestação dos serviços:

5.3.1.6. Relação com nome e número do documento de todos os funcionários envolvidos na execução dos serviços, a qual deverá ser atualizada sempre que houver qualquer alteração na mão de obra.

Após o fornecimento e instalação da plataforma, como requisito para recebimento definitivo do objeto:

5.3.1.7. Comprovação de responsabilidade pela conservação do equipamento (durante o período da garantia) junto à Prefeitura de São Paulo, acompanhado da respectiva ART.

5.4. **Não se trata de serviço de natureza continuada**, entendendo-se como finalizadas as obrigações da Contratada após o término do período de garantia equipamento, que é de 12 (doze) meses após o a data de recebimento definitivo do objeto.

5.5. Com relação às **Soluções de mercado** que potencialmente sanariam a impossibilidade técnica de extensão dos elevadores principais do Edifício Sede entre os andares 8º e 9º, onde se encontra a casa de máquinas, a opção por plataforma elevatória vertical em detrimento a outras opções de mercado, a exemplo de plataforma inclinada e assistida, deu-se em virtude da necessidade do cumprimento de normas vigentes, atendimento a Instrução Técnica - IT nº 11/2018 – Saídas de Emergências - do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, e do Código de Obras do Município de São Paulo. Com relação a desmobilização da atual plataforma, essa será tratada segregado a este PA, e elaborado em conjunto com o setor de cuida do Patrimônio do COREN SP.

5.6. A **vigência do contrato**, corresponderá ao período decorrido entre a assinatura do instrumento contratual e o término do período de garantia da plataforma elevatória, que é de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto.

5.7. **Não será necessário à Contratada promover transição contratual com transferência de conhecimento**, tecnologia ou técnicas empregadas, sendo suficiente a apresentação de projeto *as built* ao término da prestação dos serviços, conforme exigido neste Termo de Referência.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.8. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.9. As obrigações da Contratante e da Contratada estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações da unidade sede do Coren-SP, à Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00, acompanhado por empregado designado pelo Coren-SP.

6.1.1. O agendamento deverá ser realizado exclusivamente pelo endereço eletrônico patricia.vitorino@coren-sp.gov.br (com cópia para pregao@coren-sp.gov.br).

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.4. A visita técnica para vistoria não é obrigatória, porém a opção por não a realizar não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo máximo para conclusão e entrega do objeto desta contratação, incluindo fornecimento e instalação do equipamento será de **180 (cento e oitenta) dias corridos** a contar da data de início para execução dos serviços, a ser definida em Reunião Técnica Inicial (RTI) a ser realizada entre Coren-SP e a Contratada, em conformidade com os prazos e instruções deste tópico.

7.2. O prazo de execução não deve ser confundido com a vigência contratual, que é superior por abranger, ainda, os prazos relativos à gestão, fiscalização, recebimentos provisório e definitivo do objeto da contratação e período de garantia da plataforma instalada.

7.3. Considerando a necessidade de um cronograma executivo compartilhado (ver tópico 3), uma vez que o objeto a ser contratado está inserido no rol de intervenções relacionadas à adaptação do edifício às normas de acessibilidade, a licitante deverá atender às etapas e recomendações do projeto conforme previsto na Tabela 1 abaixo, envolvendo os seguintes atores:

Contratada A: Empresa contratada em procedimento licitatório à parte (Pregão Eletrônico nº 28/2019, Processo Administrativo nº 1171/2018) e que é responsável pela execução do projeto de adequação às normas de acessibilidade. Para o objeto em questão, responsável pelos serviços civis de adequação estrutural de ambos os pavimentos para recepção da plataforma elevatória.

Contratada B: Empresa da área de Engenharia que será contratada para execução do objeto deste Termo de Referência, qual seja, o fornecimento e instalação da plataforma elevatória entre os andares 8º e 9º do edifício sede do Coren-SP. A Contratada B será responsável por disponibilizar equipamento em especificações e dimensões adequadas ao projeto de engenharia da Contratada A, providenciando sua completa operacionalização e garantia.

Contratante (Coren-SP): Através de sua Assessoria de Projetos de Engenharia, será responsável pelos procedimentos de fiscalização técnica dos serviços ora contratados, bem como pelo gerenciamento das tratativas entre as Contratadas A e B no que se refere à plataforma elevatória. À Contratante caberá, ainda, cuidar para que as contratações de “A” e “B” ocorram tempestiva e paralelamente, de acordo com o planejamento para execução



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

do objeto e a fim de possibilitá-lo operacionalmente. Deste modo, o Cronograma Geral apresentado insere-se em cenário cujos dois processos licitatórios tenham sido finalizados E as empresas "A" e "B" tenham sido contratadas.

TABELA 1
CRONOGRAMA GERAL DE ADEQUAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO COREN-SP ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE

AGENTES RESPONSÁVEIS	AÇÕES/ETAPAS DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO	PRAZOS EM DIAS CORRIDOS (a partir do início da vigência contratual)						
		10° DIA	30° DIA	60° DIA	90° DIA	120° DIA	150° DIA	180° DIA
Fiscais de Contrato e SAC (Coren-SP) e Contratadas A e B	Reunião Técnica Inicial (RTI) - Apresentação das contratadas A e B - Definição do plano de ação conjunta e da data de início do processo de instalação da plataforma - Registro em Ata com ciência e disponibilização de uma via assinada a cada uma das partes - Entrega da documentação, cf. tópico 5.3.1							
AGENTES RESPONSÁVEIS	AÇÕES/ETAPAS DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO	PRAZOS EM DIAS CORRIDOS (Contados a partir da data de início da execução do objeto, definida na RTI)						
		10° DIA	30° DIA	60° DIA	90° DIA	120° DIA	150° DIA	180° DIA
Contratadas A e B	Fornecimento, agendamento e instalação da plataforma elevatória com realização de testes de funcionamento (ENTRE O 91º e 120º PRIMEIRO DIAS DA VIGÊNCIA CONTRATUAL)							
Contratada B	Conclusão da instalação da plataforma elevatória e asseio das instalações onde realizou o serviço							
Contratada A	Conclusão da reforma e adequação do edifício sede e asseio das instalações onde realizou o serviço							
RESPONSÁVEL	AÇÕES/ ETAPAS DO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO	PRAZOS EM DIAS ÚTEIS OU CORRIDOS (a partir do término da respectiva medição)						
		5 DIAS	10 DIAS	20 DIAS				
Fiscal de Contrato (Coren-SP)	Recebimento provisório do objeto da contratação B	Úteis						
Gestor do Contrato (Coren-SP)	Recebimento definitivo do objeto da contratação B		Úteis					

* Nesta tabela as etapas de execução exclusiva da Contratada A foram suprimidas.

7.4. Em até 10 (dez) dias corridos a contar do início da vigência contratual, deverá haver o agendamento e a realização da **Reunião Técnica Inicial** presencial entre os Fiscais de Contrato titular e substituto, o Setor de Administração de Contratos (SAC) e os Responsáveis Técnicos das Contratadas A e B, a fim de tratar da seguinte pauta, não exaustiva a:

- Definições técnicas a respeito da plataforma elevatória a ser instalada entre os andares 8º e 9º, com disponibilização, pela Contratada B, de informações necessárias à Contratada A para preparação do ambiente para instalação do equipamento, bem como esclarecimento de dúvidas quanto à execução.
- Definição conjunta da data para início da execução dos respectivos serviços, complementares entre si, a partir de quando passarão a contar as etapas de execução previstos no **Cronograma Geral acima**.

7.5. Nessa reunião, também, será **definida pela Fiscalização a data para início da prestação dos serviços de instalação da plataforma, momento a partir de quando passará a ser contado o prazo de entrega do objeto pela Contratada "B"**, de acordo com as etapas de execução do cronograma acima.

7.5.1. O fornecimento e instalação da plataforma elevatória, de acordo com o cronograma geral das



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

intervenções do edifício Sede tem previsão para execução entre o 91º e 120º dia da vigência contratual.

- 7.5.2.** Em havendo questões supervenientes ou alterações em termos de cronograma de execução que alterem os prazos inicialmente definidos, caberá à Fiscalização ajustá-los entre as contratadas A e B.

7.6. Até o dia anterior à data definida para início dos serviços de instalação da plataforma, a Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar à fiscalização os documentos relacionados no **tópico 5.3 – Requisitos Documentais**.

7.7. Local de prestação dos serviços:

7.7.1. Os serviços serão realizados no Edifício Sede do Coren-SP, localizado na Alameda Ribeirão Preto nº 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01318-002, em horário compreendido entre as 17h00 e 22h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis e aos sábados das 09h00 às 17h00.

7.8. Hipóteses e prazos para refazimento dos serviços e/ou substituição de materiais:

7.8.1. Em caso de serviço prestado inadequadamente **e/ou** material entregue fora das especificações do Edital e seus Anexos, não sendo possível o alcance dos resultados pretendidos pela contratação, a Contratada deverá providenciar a resolução dos problemas em prazo aceitável definido pela Fiscalização e cujo não cumprimento será passível de sanções administrativas;

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. Nos termos do item 2.6 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, seguem abaixo algumas definições para fins de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento.

8.2. O Fiscal Técnico e seu substituto, o Gestor do Contrato e a Autoridade Competente são **os atores da Administração** que poderão participar do acompanhamento da execução contratual do objeto.

8.3. A definição do Gestor de Contrato, dos fiscais e a informação das suas respectivas atribuições será realizada por meio de portaria expedida pelo Controle Interno do Coren-SP e que será disponibilizada, posteriormente, aos atores envolvidos e à Contratada.

8.4. Para os fins desta contratação, os seguintes instrumentos serão considerados **mecanismos formais de comunicação entre a Contratante e a Contratada**: mensagens eletrônicas (e-mails), atas de reunião e ofícios.

8.5. O pagamento será realizado em parcela única, após o recebimento definitivo da instalação da plataforma elevatória e o cumprimento, por parte da Contratada das demais obrigações complementares à garantia do equipamento observando-se **os critérios técnicos definidos no tópico 9 do Anexo II – Especificações Técnicas**, bem como os **requisitos documentais** definidos no tópico 5.1.3 acima.

8.5.1. O período de garantia do equipamento será de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto.

8.6. Os critérios para recebimento e as condições de pagamento estão definidos nos itens 15 e 16 deste Termo, respectivamente.

8.7. As definições sobre a garantia da execução estão definidas no item 18 deste Termo.

8.8. As sanções administrativas estão definidas no item 19 deste Termo.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Considerando que não se trata de objeto que engloba disponibilização de materiais de consumo e de uso duradouro a favor da administração, caberá à Contratada providenciar todos os materiais necessários à instalação da Plataforma Elevatória, de acordo com o Anexo II – Especificações Técnicas e recomendações do fabricante do equipamento a ser fornecido.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por fiscais especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço;

10.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

10.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.1.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

10.1.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.1.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.1.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.1.7. Fornecer por escrito as informações e documentos necessários para o desenvolvimento dos serviços contratados, a exemplos de plantas, desenhos técnicos, documentos legais etc.;

10.1.8. Reunir-se, sempre que necessário, com as partes Contratadas para discutir os projetos, o gerenciamento e a execução da obra.

10.1.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.1.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.1.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

10.1.11.1. Documentos de garantia e manuais completos de instrução (instalação, manutenção, operação e outros que sejam necessários) dos equipamentos instalados na obra;

10.1.11.2. Os projetos atualizados com as alterações eventualmente ocorridas no decorrer da obra (desenhos Como Construído - *as built*), em meio digital e uma via impressa assinada pelos respectivos responsáveis técnicos pelas execuções;

10.1.11.3. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/1993 e no art. 12 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.2. O Coren-SP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada ou do pagamento devido à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.9. Assegurar, aos seus trabalhadores, ambiente de trabalho, inclusive equipamentos, equipamentos de proteção individual e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Entregar os documentos previstos em contrato nos prazos fixados, incluindo o Relatório de Serviços Executados (contendo todas as atividades desenvolvidas no período, incluindo todas as alterações dos projetos e/ou serviços) ao final de cada fase e, sempre que o Fiscal do Contrato exigir, pareceres técnicos sobre fatos relevantes ocorridos no transcorrer da execução da obra ou elaboração do projeto executivo;

11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.23. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

11.23.1. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

11.23.2. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

11.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.

11.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

11.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

11.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

11.28. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

serviço, conforme descrito neste Termo de Referência e seus Anexos.

11.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.

11.30. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

11.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

11.32. Providenciar junto ao CREA-SP as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato;

11.33. Providenciar o transporte das peças e dos equipamentos do objeto, bem como seu transporte vertical nas dependências do Coren-SP, até o local onde serão instalados, devendo inclusive se responsabilizar por eventual necessidade de içamento do objeto;

11.34. Prestar a garantia total do objeto contratado de acordo com as cláusulas e dentro dos prazos estabelecidos no Anexo II – Especificações Técnicas;

11.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

11.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

11.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus Anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

11.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

11.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

11.39.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

11.39.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

11.39.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;

11.39.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

11.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

11.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

11.40.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

11.40.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

11.40.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

11.40.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

11.40.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

11.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.41.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

11.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

11.43. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

11.43.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

11.44. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos Anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12. SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

12.1.1. Para execução de tarefas específicas na área da construção civil, tais como eventual execução de demolição de pisos, execução de soleiras e arremates com uso de argamassas e eventual execução de sistemas estruturais em concreto ou aço;

12.1.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

12.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.4. A licitante vencedora poderá subcontratar parcela dos serviços nos percentuais e em conformidade com o item 12.1, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015.

12.5. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

12.6. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e dos arts. 10 e 11 do Decreto nº 9.507, de 2018.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e seus Anexos.

14.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.5. O fiscal técnico deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal deverá ser precedida do recebimento provisório e definitivo do objeto, nos termos abaixo:

15.2. O **recebimento provisório** será realizado pela fiscalização após a comunicação formal, pela Contratada, da conclusão dos serviços, da seguinte forma:

15.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio da fiscalização técnica, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.2.1.4. A aprovação da documentação apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

15.3. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da comunicação de conclusão e recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico ou equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.

15.3.1.1. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.1.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.1.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.2. Comunicar imediatamente a empresa para que emita a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado após medições.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da confirmação do recebimento da Nota Fiscal pela Contratante.

16.2. A emissão da Nota Fiscal deverá ser precedida de ordem da Fiscalização, após realizadas todas as verificações necessárias que levaram ao recebimento definitivo dos serviços realizados em cada medição ou o recebimento final dos serviços.

16.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. O prazo de validade;

16.4.2. A data da emissão;

16.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. O período de prestação dos serviços;

16.4.5. O valor a pagar; e

16.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como realizada o crédito em Conta Corrente indicada pela Contratada para pagamento.

16.7. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.9. Previamente à emissão de nota de empenho e ao pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional da Construção Civil – INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.10. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.11. Será considerada extinta a garantia:

18.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.11.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.13. A Contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Fraudar na execução do contrato;

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

19.1.5. Cometer fraude fiscal;

19.1.6. Não manter a proposta.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

unilateral da avença;

- 19.2.2.2.** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 19.2.2.3.** 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 19.2.2.4.** 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor total do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 19.2.2.5.** 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Contratante a promover a rescisão do contrato;
- 19.2.2.6.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato
2	1% (um por cento) do valor total do contrato
3	1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) do valor total do contrato
4	2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor total do contrato
5	3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) do valor total do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	AFERIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	Por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	*Por dia e por ocorrência	5
3	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados;	*Por empregado e por ocorrência	2



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO	AFERIÇÃO	GRAU
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	*Por serviço e por dia	2
5	Deixar de Zelar pelas instalações do Coren-SP utilizadas;	*Por item e por dia	2
6	Deixar de comunicar à Contratante a necessidade de reparos e/ou de peças/materiais a serem adquiridos não contemplados no objeto, ocasionando dano e/ou paralisação da plataforma;	Por ocorrência	4
7	Deixar de efetuar atendimento emergencial no prazo estipulado quando houver pessoa(s) presa(s) na plataforma;	Por ocorrência e por dia de atraso	5
8	Deixar de efetuar quaisquer atendimentos nos prazos estipulados (exceto o atendimento elencado no item anterior), causando transtornos pela paralisação da plataforma;	*Por ocorrência e por dia de atraso	4
9	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador;	Por ocorrência	4
10	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades;	Por ocorrência	4
11	Deixar de efetuar as inspeções e vistorias exigidas por lei, podendo ensejar na rescisão contratual;	*Por ocorrência e por dia de atraso	5
12	Deixar de fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados, quando exigido em lei ou convenção, e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los;	Por empregado e por ocorrência	3
13	Deixar de apresentar documentos obrigatórios relacionados a execução dos serviços, conforme previstos em edital;	Por documentos e por dia de atraso	1
14	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas;	Por item e por ocorrência	1
15	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador.	Por item e por ocorrência	**
16	Deixar de executar qualquer atividade prevista no Plano de Manutenção Preventiva a ser realizado durante a execução contratual sem a devida justificativa	Por item e por dia	4
17	Recorrer em infrações anteriores;	Por item e por ocorrência*	**

Legenda: (*) A multa terá seu grau aplicado tanto sobre o fator fixo "ocorrência", quanto pelo fator variável definido (p.ex. "por dia", "por funcionário"), até que a situação seja resolvida. (**) O grau mensurado será aplicado em dobro em relação à infração cometida.

19.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

19.5.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

recolhidos em favor do Coren-SP, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Coren-SP e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao Coren-SP resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de **habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

20.2. Os critérios de **qualificação econômico-financeira** a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

20.3. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação (engenharia mecânica), com validade na data de apresentação dos documentos de habilitação;

20.3.2. Comprovante de registro junto ao órgão responsável pela concessão de registro e fiscalização das empresas conservadoras de elevadores e outros aparelhos e transportes na Prefeitura do Município de São Paulo - SEGUR-4 (conforme decreto nº 52340 de 25/05/2011);

20.3.3. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da Licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, impresso em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas, que contenha(m) a razão social, CNPJ, endereço completo da Contratante e da Contratada, características dos serviços prestados, local da prestação do serviço, período de contratação, data de emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado e que comprove(m) que a Licitante executou ou está executando de forma satisfatória serviço compatível com o objeto deste pregão, visado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou transcrito do acervo comprovando que já forneceu e instalou sistemas de elevação e transporte vertical;

20.3.4. Documento emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA em nome da licitante e com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, na qual conste responsável técnico, com vínculo profissional à licitante, com sua respectiva habilitação, comprovando sua responsabilidade técnica na execução de serviços vinculados ao objeto da contratação;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

20.3.5. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

20.3.5.1. Serviços de instalação e manutenção de sistemas de elevação e transporte vertical.

20.3.6. O responsável técnico deverá pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

20.4. Os critérios de **aceitabilidade de preços** serão:

20.4.1. Valor Global: R\$ 64.220,00 (Sessenta e quatro mil, duzentos e vinte reais).

20.4.2. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos Anexos a este edital.

20.5. O critério de **julgamento da proposta** é o menor preço global.

20.6. As **regras de desempate** entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

21.2. A pesquisa de preços foi realizada junto a fornecedores especializados no ramo de aparelhos de transporte vertical (fornecedores “a” e “b”), bem como utilizando preços de outras licitações da Administração para objetos semelhantes, conforme os incisos I, II e IV do art. 2 da IN 5/2014 da SLTI/MP, atualizada pela IN 3/2017 da SLTI/MP, que estabelece o procedimento para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

22. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. As despesas correrão pelos seguintes Elementos de Despesa:

22.1.1. 6.2.2.1.2.44.90.51.002 – Obras em Andamento.

23. UNIDADE RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E PELO RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO

23.1. Assessoria de Projetos de Engenharia (APE) - telefone (11) 3225-6365 - endereço eletrônico patricia.donha@coren-sp.gov.br.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Anexo II – Especificações Técnicas

Anexo III – Plantas Arquitetônicas (PDF – pasta comprimida/zipada).



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Pregão Eletrônico nº 06/2020 - Processo Administrativo nº 1508/2019

1. DESCRIÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO

1.1. Fornecimento e instalação de plataforma elevatória vertical entre os andares 8º a 9º do Edifício Sede do Coren-SP, localizado na Alameda Ribeirão Preto, nº 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-000.

1.2. A garantia da plataforma instalada será de 12 (doze) meses a partir da data de recebimento definitivo do objeto. A garantia exigida para o objeto, total, incluirá manutenções preventivas, na periodicidade prevista pelo fabricante, assistência técnica ao usuário e manutenções corretivas, em caso de falha ou quebra do equipamento.

1.3. As adaptações de arquitetura no local, necessárias para a instalação da plataforma elevatória, serão de responsabilidade de empresa contratada para a parte executiva do projeto de adequações para acessibilidade da Sede do Coren-SP, segundo as plantas arquitetônicas do Anexo III instruções do Termo de Referência e seus Anexos, bem como acompanhamento técnico por parte da Contratante, por meio da atuação da Assessoria de Projetos de Engenharia – APE do Coren-SP.

1.4. Considerar-se-ão possíveis as seguintes orientações específicas da Contratada, que não deverão conflitar com o projeto arquitetônico do Anexo III:

1.4.1. Alterações nas medidas executivas finais do vão para instalação da plataforma de até 10% (dez por cento) do vão inicialmente previsto;

1.4.2. Determinação da localização ideal para o ponto de energia elétrica necessário ao fornecimento do equipamento.

1.5. O equipamento fornecido e os procedimentos para a instalação deverão ser realizados/estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT aplicáveis, com os projetos de referência e com as orientações técnicas fornecidas pela Fiscalização.

1.6. Caberá à Contratada considerar todos os custos correspondentes ao fornecimento, instalação e obrigações atreladas à garantia do equipamento fornecido.

2. NORMAS E RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

2.1. Para o fornecimento, instalação e prestação da garantia da plataforma elevatória deverão ser observados os seguintes regramentos, sem exclusão de outros que porventura lhes sejam supervenientes ou melhor aplicáveis à esta contratação:

2.1.1. ABNT NBR 9050:2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;

2.1.2. NBR NM 313/2007 – Elevadores de Passageiros;

2.1.3. ABNT NBR ISO 9386-1 - Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional. Normas municipais de acessibilidade de edifícios;

2.1.4. Demais prescrições legais exigíveis por órgãos locais.

3. RELAÇÃO DE DESENHOS

3.1. Conforme Anexo III – Plantas Arquitetônicas.

4. DESCRIÇÃO DA PLATAFORMA

4.1. A plataforma elevatória a ser fornecida e instalada deverá atender às seguintes especificações técnicas:

4.1.1. Plataforma hidráulica, semicabinada, conforme ABNT-NBR 9050/2015 e ABNT NBR ISO 9386-1/2013;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.1.2. Capacidade mínima de 01 (um) cadeirante e 01 (um) usuário só, tanto de pé como em cadeira de rodas;
- 4.1.3. Velocidade de 8m/min;
- 4.1.4. Percurso útil aproximado de 4,00m;
- 4.1.5. Última altura (ideal) de 4,00m;
- 4.1.6. Dimensões da plataforma elevatória:
 - 4.1.6.1. Dimensões internas da cabina (mínimas): 800mm x 1.250mm;
 - 4.1.6.2. Dimensões internas da cabina (projeto): 1250 x 1500 mm
 - 4.1.6.3. Dimensões da caixa de corrida em alvenaria: 1600mm x 1600mm;
 - 4.1.6.4. As dimensões dos subitens anteriores, bem como a lista de itens para adequações necessárias de instalações elétricas, telecomunicações, estruturais e arquitetônicas necessárias para preparação do espaço, deverão ser informadas no momento da apresentação da proposta (demonstração) e na primeira reunião entre as empresas e o Coren-SP (vide subitem 1.2 deste anexo), pois serão utilizadas para realização da reforma necessária entre os andares pela empresa A em período anterior à instalação (ver Anexo III – Plantas).
 - 4.1.6.5. Na planta A23 do Anexo III, constam dimensões da caixa de corrida em alvenaria de 1,6 x 1,6m, que variará de acordo com as especificações do produto ofertado pela empresa, devendo constar dimensões dentro do informado no subtópico 4.1.6 acima.
- 4.1.7. Número de paradas: 02 (duas) paradas – ao nível exato dos pavimentos.
- 4.1.8. Número de entradas unilaterais: 02 (duas) entradas;
- 4.1.9. Alimentação: 220V Trifásico 60Hz;
- 4.1.10. Abertura de portas do carro somente quando estiver parada e nivelada com o piso;
- 4.1.11. Deverá possuir sistema de travamento das portas do carro durante o movimento da plataforma;
- 4.1.12. Cabine externa para último pavimento em vidro temperado transparente 8mm com estrutura metálica tubular e autoportante (área externa do 9º andar);
- 4.1.13. Corrimão em todos os lados da cabine, em cor contrastante a cabine;
- 4.1.14. Espelho no painel do fundo;
- 4.1.15. Portas de cabine e utilização de barreira infravermelha;
- 4.1.16. Placas de informações de uso restrito;
- 4.1.17. Sinalização sonora;
- 4.1.18. Sinalização em braile.

5. INSTALAÇÃO DA PLATAFORMA

5.1. Conforme definido no Anexo I – Termo de Referência, no início da execução dos serviços, deverá a Contratada (“Contratada B”), a Fiscalização e a empresa responsável pela execução da outra parcela do projeto de acessibilidade do edifício (Contratada “A”), se reunirem, para definições técnicas a respeito da execução do projeto de instalação da plataforma elevatória.

- 5.1.1. Minimamente, deverão ser apresentadas: Planta baixa, com detalhes e cortes da organização dos sistemas a serem instalados, incluindo: motor de tração, entrada de energia, quadros de comando, rede elétrica, luminária de emergência, limitador de velocidade, tipo de pintura do piso, diagrama elétrico da instalação, entre outros sistemas instalados;
- 5.1.2. Deverá, também, ser apresentada planta baixa com detalhes do carro e do trajeto encapsulado,



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

com dimensões internas e externas e dimensões dos elementos do equipamento a ser instalado.

5.2. Incumbirá a Contratada proteger, isolar e sinalizar adequadamente o local de instalação da plataforma, promovendo as adequadas e suficientes condições de segurança para os empregados envolvidos na prestação dos serviços, bem como a comunidade usuária do edifício.

5.3. A área de instalação deverá ser mantida limpa e todo o residual ser retirado e destinado ao descarte conforme diretrizes de sustentabilidade e orientações da Fiscalização.

5.4. Os serviços de instalação deverão ocorrer após agendamento prévio com a Fiscalização e deverão ocorrer apenas em dias úteis, no intervalo compreendido entre as 07h00 e 17h00, com exceção de atividades que, por eventualmente provocarem prejuízos ao funcionamento das atividades do Coren-SP devam ser realizadas aos finais de semana ou após o horário de expediente. Cabe observar que caberá à Contratada dimensionar previamente os custos com mão de obra para a instalação, não cabendo nenhum ônus adicional à Contratante.

6. MÃO DE OBRA

6.1. A Contratada deverá disponibilizar **mão de obra especializada** para a execução do objeto, em quantidade suficiente para a entrega do objeto dentro dos prazos previstos. Ainda, caberá à Contratada a designação de um **Preposto**, a quem caberá a orientação, condução e o controle direto da contratação, na forme do art. 68 da Lei nº 1.866/1993.

6.2. O Preposto deverá se reportar diretamente à Fiscalização do Coren-SP, o qual orientará e controlará todos os aspectos técnicos da execução do Contrato.

6.3. A Contratada deverá designar um **responsável técnico**, com formação em Engenharia Mecânica, para acompanhamento dos serviços de instalação da plataforma, bem como para todo o período de garantia do equipamento, uma vez que, para operação de equipamentos de transporte vertical no Município de São Paulo, é necessário o registro do equipamento e de sua respectiva conservadora e responsável técnico na Coordenadoria de Atividade Especial e Segurança de Uso – SEGUR (que é responsável pelo cadastro municipal para funcionamento de equipamentos de transporte).

6.4. O Responsável Técnico poderá acumular esta função com a de Preposto.

6.5. A Contratada deverá, finalmente, designar um **Encarregado**, a quem caberá a adoção das medidas necessárias ao cumprimento de todo o determinado pelo Engenheiro responsável e que deverá permanecer no local de instalação da plataforma durante todo o horário de execução dos serviços.

6.6. Demais obrigações da Contratada e exigências documentais encontram-se discriminadas no tópico “Requisitos da Contratação” e “Obrigações da Contratada” do Anexo I – Termo de Referência.

7. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

7.1. A Contratada será responsável por todas as ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários à instalação da plataforma, assumindo integral responsabilidade pelo seu uso, transporte, guarda e conservação.

7.2. Ainda, deverá a Contratada fornecer todos os materiais de consumo necessários à instalação, sem ônus adicionais para a Contratante.

7.3. Os materiais/peças/partes empregados no fornecimento do objeto e nos serviços de instalação deverão ser novos, sem sinais de corrosão, não sendo admitido o uso de elementos reaproveitados de instalações anteriores. É expressamente vedado o uso de material improvisado em substituição ao especificado ou recomendado pelas normas técnicas aplicáveis ou fabricante da plataforma, assim como não será tolerado adaptar peças, seja por corte ou outro processo, a fim de usá-las em substituição a peças recomendadas e nas dimensões adequadas.

7.4. A plataforma elevatória deverá atender a este caderno de Especificações Técnicas e deverão ser instaladas conforme o Anexo III – Plantas Arquitetônicas.

7.5. O Coren-SP disponibilizará a alimentação de energia elétrica, ficando a cargo da Contratada providências relativas aos cabos de extensão, com bitola e especificação adequadas e com o comprimento necessário.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. Conforme tópico “Obrigações da Contratada” do Anexo I – Termo de Referência.

9. CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. Para efeitos de recebimento definitivo do objeto, após a instalação da plataforma elevatória, a Contratada deverá, previamente, proceder aos testes de desempenho do equipamento e instalações, de modo que fique comprovado que o sistema esteja em perfeito funcionamento, atendendo às especificações técnicas do projeto e expectativa de performance esperadas.

9.2. **Em não havendo comprovação do devido funcionamento da plataforma**, deverá a Contratada providenciar todas as medidas necessárias à realiza-lo, passando a contar o período de garantia do equipamento apenas após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo do objeto pela Fiscalização.

9.3. Ademais, como requisito para recebimento definitivo do objeto, deverá a Contratada providenciar o **cadastramento do equipamento de transporte** junto à Prefeitura do Município de São Paulo, responsabilizando-se como empresa conservadora durante todos os 12 (doze) meses de garantia da plataforma.

9.3.1. A Contratada deverá fixar na plataforma, em local visível, Placa informando o número de registro municipal e identificação da conservadora.

10. GARANTIA DA PLATAFORMA

10.1. Caberá à Contratada ofertar garantia total sobre a plataforma nos 12 (doze) meses sucessivos à data de recebimento definitivo do objeto. Posto que, após a instalação, o equipamento será posto em operação, a Contratada ficará incumbida dos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia do equipamento, **incluindo**:

10.2. **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Definida como a manutenção efetuada em intervalos predeterminados e destinada à redução da probabilidade de falhas e prevenir a degradação do funcionamento do equipamento – **a ser realizada de acordo com as recomendações do fabricante do equipamento** ou, na ausência dessa definição, com periodicidade mensal.

10.3. **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** Definida como a manutenção efetuada após a ocorrência de alguma pane e que é destinada a recolocar um item em condições de efetuar uma função requerida e que, para os fins desta contratação compreenderá:

10.3.1. A reparação de todos os defeitos, falhas ou irregularidades detectadas na plataforma, reestabelecendo o seu estado de funcionamento normal.

10.3.2. O prazo indicado para efetivação das providências, isto é, normalização do equipamento, não poderá exceder 20 (vinte) dias corridos, salvo mediante justificativa aceita pela fiscalização, salvo quanto necessário a adoção de providências imediatas, quando o problema detectado, por sua natureza, representar risco para as pessoas ou para o patrimônio do Coren-SP.

10.3.3. Em não havendo possibilidade de reparação imediata, deverá a contratada justificá-lo à Fiscalização, do mesmo modo que, quando da impossibilidade de reparo nas instalações do Coren-SP e for necessário o transporte de algum componente da plataforma às instalações da Contratante, este procedimento só ocorra após autorização formal da Fiscalização, uma vez que se trata da movimentação de bem patrimonial. Neste último caso, caberá à Contratada arcar com todos os custos e responsabilidades no transporte dos componentes, comprometendo-se a reinstalá-lo nos prazos previstos neste instrumento.

10.3.4. As manutenções corretivas deverão observar os seguintes prazos para atendimentos:

10.3.4.1. **Chamados não emergenciais:**

a) O atendimento deverá ocorrer em até 2 (dois) dias úteis contados a partir do dia de abertura do chamado;

10.3.4.2. **Chamados emergenciais (com usuário preso no equipamento):**



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- a) O atendimento deverá ocorrer em até 2 (horas) contadas a partir do momento de abertura do chamado, em qualquer dia da semana, em qualquer horário (inclusive períodos noturnos, finais de semana e feriados);
- b) Na ocorrência de usuário preso no equipamento, caso o técnico não compareça imediatamente, o Coren-SP reserva-as do direito de acionar o Corpo de Bombeiros, ficando a Contratada responsável pelos eventuais danos materiais advindos da demora, sem prejuízo da aplicação de sanções previstas no instrumento contratual.

10.4. A Contratada deverá disponibilizar ao Coren-SP, contatos para abertura de chamados de manutenção, incluindo número de central telefônica, com funcionamento no regime 24x7 para abertura de chamados emergenciais.

10.4.1. O nome da conservadora e número de telefone destinado aos chamados emergenciais deverá estar afixado no interior da plataforma.

10.5. Ficará a cargo da Contratada o fornecimento de todas as peças de reposição que se fizerem necessárias para reparos no equipamento durante o período de garantia, sem ônus adicionais para a Contratante.

10.6. Todos os materiais, peças e componentes utilizados deverão observar as prescrições do fabricante, ser novos (sem uso) e genuínos (originais do fabricante).

10.7. Em até 10 (dez) dias úteis após rotinas de manutenção preventiva ou corretiva, a Contratada deverá disponibilizar, relatórios de inspeção, com o descritivo claro de todo o verificado/providências tomadas/ a tomar. Nos relatórios, deverão ser tratadas as condições de conservação, estabilidade e de segurança do equipamento, bem como relatório dos problemas de ordem técnica eventualmente constatados e providências adotadas, inclusive nomeando as peças/partes eventualmente trocadas. Os relatórios de inspeção deverão ser assinados pelo Engenheiro Mecânico responsável pela conservação do equipamento.

10.8. A Contratada ficará sujeita à aplicação de penalidades administrativas na hipótese de não atendimento às exigências das cláusulas de garantia do objeto.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO III – PLANTAS ARQUITETÔNICAS

Pregão Eletrônico nº 06/2020 - Processo Administrativo nº 1508/2019

As plantas arquitetônicas salvas em arquivo *pdf estão disponibilizadas em arquivo compactado

*Este arquivo está disponível para consulta no site do Coren-SP: www.coren-sp.gov.br e no portal:
www.comprasgovernamentais.gov.br*



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA****Pregão Eletrônico nº 06/2020 - Processo Administrativo nº 1508/2019**

Razão Social e CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone Fixo: _____ Telefone Celular: _____

Email: _____

Validade da Proposta: _____ (mínimo de 60 dias, contados da data de sua emissão, podendo ser maior caso a Licitante assim ofereça).

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA E MODELO	VALOR TOTAL
ÚNICO	Aquisição, com serviços de instalação de plataforma elevatória vertical, a ser instalada entre os andares 8º a 9º do Edifício Sede do Coren-SP, incluindo garantia do equipamento durante o período de 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo do objeto		R\$
VALOR TOTAL: R\$ __, __ (____)			

Local e Data

Nome completo e Assinatura do Representante Legal



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO V – ATESTADO DE VISTORIA

Pregão Eletrônico nº 06/2020 – Processo Administrativo nº 1508/2019

ATESTAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 06/2020, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, com endereço (endereço completo da Sede ou Filial, conforme participação na licitação), neste ato representada pelo(a) Sr(a). (nome do responsável pela realização da vistoria), portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, vistoriou, nesta data, o local e tomou conhecimento *in loco* das instalações e condições para a perfeita precificação do objeto do Processo Licitatório em referência.

São Paulo, ____ de _____ de 20__.

Representante do Coren-SP:

Carimbo e assinatura

Representante da Empresa:

Assinatura



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Pregão Eletrônico nº 06/2020 - Processo Administrativo nº 1508/2019

DECLARO para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 06/2020, que a empresa _____, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço (informar endereço completo da Sede ou Filial, conforme participação na licitação), neste ato representada por (representante legal da empresa), portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, tem conhecimento de todas as informações a respeito do local e das condições de prestação dos serviços que são objetos desta licitação, e que não poderá alegar desconhecimento de qualquer detalhe ou particularidade.

Do mesmo modo, está ciente de que não serão aceitas em hipótese alguma a alteração, inclusão, renegociação ou reajuste dos preços ofertados na Licitação baseados em alegações de desconhecimento do local/serviço.

Local e Data

Nome completo e Assinatura do Representante Legal



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO VIII - TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ____/20__

Pregão Eletrônico nº 06/2020 - Processo Administrativo nº 1508/2019

CONTRATANTE – CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO, denominado Coren-SP, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob nº 44.413.680/0001-40, com sede na Alameda Ribeirão Preto nº 82 – Bela Vista – São Paulo-SP – CEP 01331-000, neste ato representado por seu Presidente em Exercício,

CONTRATADA – [Razão Social], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ____/____-__, com sede à [endereço completo com complementos] - [Bairro] - [Cidade/Estado] - CEP ____-____ - telefone(s) (____) ____-____ - e-mail(s) _____, neste ato representada por seu [papel na empresa], [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador do RG nº _____ SSP/____ e inscrito no CPF sob nº ____/____-____.

Resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa para fornecimento e instalação de 01 (uma) plataforma elevatória vertical no Edifício Sede do Coren-SP, com prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no período de garantia e serviços comuns de engenharia complementares para a instalação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento de Referência e seus Anexos.

1.2. O presente Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. PREÇO

2.1. O valor total da contratação é de R\$ ____ (____).

2.2. No preço ajustado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas resultantes da execução deste Contrato estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Coren-SP para o exercício 2020, no Elemento de Despesa nº 6.2.2.1.2.44.90.51.002 – Obras em Andamento.

3.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

4. VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do presente Termo de Contrato corresponderá ao período decorrido entre a assinatura do instrumento contratual e o término do período de garantia da plataforma elevatória, que é de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto, podendo ser prorrogado caso ocorra uma das situações previstas no §1º do art. 57, da Lei 8.666/1993.

5. REAJUSTE



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.1. O reajuste ocorrerá nos termos e condições constantes na cláusula 17 do Anexo I – Termo de Referência.

6. GARANTIA CONTRATUAL

6.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, conforme o disposto no art. 56 § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e cláusula 18 do Anexo I – Termo de Referência.

7. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os prazos, horários, locais e formas de prestação dos serviços e do recebimento do objeto são os constantes no Anexo I – Termo de Referência, do Edital.

8. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e obrigatórios para o início da execução dos serviços, bem como os de apresentação relativos à execução do contrato estão relacionados na cláusula 5.3 do Anexo I – Termo de Referência.

9. PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado conforme descrito na cláusula 16 do Anexo I – Termo de Referência.

10. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, bem como pelo Anexo X da IN SEGES/MP nº 05/2017.

10.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3. As supressões que excederem o limite de 25% (vinte e cinco por cento), somente serão admitidas por meio de acordo entre as partes.

10. FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da execução do objeto será realizada por representante formalmente designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida na cláusula 14 do Anexo I – Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Caberá à Contratante, a partir da assinatura deste instrumento, o cumprimento das obrigações constantes na cláusula 10 do Anexo I – Termo de Referência.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Caberá à Contratada, a partir da assinatura deste instrumento, o cumprimento das obrigações constantes na cláusula 11 do Anexo I – Termo de Referência.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. A subcontratação ocorrerá nos termos e limites descritos na cláusula 12 do Anexo I – Termo de Referência.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As sanções serão aplicadas nos termos e condições constantes na cláusula 19 do Anexo I – Termo de Referência.



FOLHA: _____

PROCESSO: _____

VISTO: _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

15. RESCISÃO

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

15.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento e no Termo de Referência;

15.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

15.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. A CONTRATANTE, por sua vez, reconhece as hipóteses em que a CONTRATADA não concorrer para a rescisão e que fizer jus ao disposto no §2º e seus incisos I a III, do art. 79, do referido diploma legal.

15.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

15.5. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

15.6. O contrato poderá ser rescindido, ainda, quando se constatar a ocorrência das situações vedadas no art. 5º do Decreto nº 9.507/2018.

16. VEDAÇÕES

16.1. É vedado à CONTRATADA:

16.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

16.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

17. CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. FORO

18.1. As partes elegem de comum acordo, o foro da Justiça Federal de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

São Paulo, _____ de _____ de 202__.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Presidente em Exercício

CONTRATADA